



J. R. Guzzo

O resto é o resto

Ricardo Lewandowski é um dos fenômenos da democracia brasileira. Não poderia ter sido nomeado para o cargo de ministro do STF, onde ficou durante 17 anos – todo o seu saber jurídico, naquela altura, consistia num desses cargos de desembargador que nunca prestaram concurso para juiz de direito e na recomendação da esposa do presidente Lula na época, Marisa Leticia. Tendo sido ministro do STF, não poderia ser contratado cinco minutos depois de se aposentar por uma empresa que disputa neste momento uma causa de R\$ 15 bilhões na Justiça brasileira; só os honorá-

rios dos advogados da parte que sair vencedora serão de R\$ 600 milhões. Tendo sido advogado da empresa em questão, não poderia ser nomeado agora para ministro da Justiça do governo Lula. É possível, sinceramente, achar alguma coisa certa em qualquer dessas situações? Não é, mas foi exatamente isso o que aconteceu.

O novo ministro da Justiça é um conflito de interesses ambulante. Deveria, pelas regras básicas do manual jurídico de boa conduta, estar em quarentena após quase duas décadas no STF. Em vez disso, entrou, em abril de 2023, menos de uma semana após deixar o tri-

bunal, na equipe de advogados da J&F – a empresa dos irmãos Batista que, entre outras coisas, assinou em 2017 um acordo de leniência para se livrar de

Lewandowski, o novo ministro da Justiça, é um conflito de interesses ambulante

processos penais por corrupção ativa. A J&F, então, concordou em recolher R\$ 10 bilhões ao erário para não se falar mais do assunto. Hoje está livre dos processos e da multa: o minis-

tro Dias Toffoli, sob a alegação de que a J&F “não tinha certeza” de que queria assinar mesmo o acordo, decidiu agora em dezembro anular a multa da empresa defendida pelo ex-colega de STF. Resolvida esta questão, Lewandowski estava trabalhando para livrar a J&F de um negócio fechado também em 2017 – e que ele vem tentando desmanchar há anos. Na ocasião, apertada pelos seus enroscos com a Justiça penal, a empresa dos irmãos Batista vendeu a indústria Eldorado, um dos gigantes da celulose brasileira, para a Paper Excellence da Indonésia. Vendeu, mas não entregou – e agora não quer mais vender

nem entregar.

Qual a imparcialidade que se pode esperar do STF se os irmãos Batista levarem a causa até lá? E da máquina do Estado brasileiro, com Lewandowski na cadeira de ministro da Justiça? É mais um passo na escalada para baixo do Judiciário nacional. No perdão da multa de R\$ 10 bi, a mulher de Toffoli fez parte da equipe de defesa da J&F. Pode isso? Agora o recém-advogado da empresa é o ministro da Justiça. Não é normal – mas tudo o que se discute é a “engenharia política” da nomeação. E o resto? É só o resto. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schep (quizenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmente) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL

PRÉDIO RESIDENCIAL
NO JD. DO GOLFE EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

ÁREA TOTAL:

450,00M²

1º LEILÃO: 16/01/2024
2º LEILÃO: 30/01/2024

ÀS 13H00
SOMENTE ONLINE

LANCE MÍNIMO:

R\$ 3.326.085,60



Leilão de alienação fiduciária de imóvel residencial, Jardim do Golfe, com área total de 450,00m² e área construída de 370,43m². Melhor descrição e caracterização no matrícula 214.108. São José dos Campos/SP. Bairro Jardim do Golfe, São Augusto José do Modesto Filho, 53,8 e 10 da Quadra 24, Prédio residencial. Info: (11) 2464-6464.

FÁCIL ACESSO AO CENTRO, PRÓXIMO À AV. JORGE ZARUR, COM ESCOLAS, BANCOS, E SHOPPING PRÓXIMOS.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOS@SODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Fábio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Leniência

Odebrecht pede a Toffoli suspensão de multa bilionária

A Odebrecht (atual Novonor) pediu ao ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), a suspensão do paga-

mento das parcelas do seu acordo de leniência.

A construtora quer ter acesso ao material da Operação

Spoofing, que prendeu os hackers da Lava Jato, e pediu que os compromissos firmados no acordo sejam congelados en-

quanto analisa os documentos. Procurada pelo **Estadão**, a empresa não comentou a iniciativa. O processo é sigiloso.

Toffoli já atendeu a um pedido semelhante feito pelo grupo J&F. O que a Odebrecht pede é a extensão da decisão. O acordo

de leniência da Odebrecht foi assinado em 2016. O grupo se comprometeu a pagar R\$ 2,72 bilhões ao longo de 20 anos para encerrar investigações. O valor corrigido projetado chegaria a R\$ 6,8 bilhões ao final do período. ● RAYSSA MOUTA